

EDITORIAL

Caros leitores,

A segunda edição da Revista Susp reúne conhecimentos e análises elaborados por pesquisadores e por operadores da segurança pública, que atuam em defesa e pela manutenção da paz social.

O periódico científico foi instituído pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen/MJSP), elaborado no âmbito da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) e tem a finalidade de ampliar o conhecimento nos campos da segurança pública e da defesa social, bem como promover o compartilhamento de experiências bem-sucedidas, o desenvolvimento científico, a formação e o aperfeiçoamento dos saberes dos profissionais integrantes do Susp.

No que lhe concerne, reverbera como mecanismo institucional, que oportuniza a comunicação formal dos resultados de pesquisas científicas e aplicadas à sociedade envolvente, os quais são produzidos por pesquisadores, operadores do sistema Susp e/ou por instituições (inter)nacionais. Pode-se afirmar, que a iniciativa também amplia o desenvolvimento técnico-científico da segurança pública, ao proporcionar, cada vez mais, o aperfeiçoamento profissional mediante a formação e qualificação dos operadores integrantes da Segurança Pública.

A 2ª edição prestigiará nossos leitores com a realização de webinar – ocasião que visa proporcionar trocas de experiências e a divulgação dos artigos publicados na Revista SUSP –, a partir de exposições dos autores e de especialistas com expertise na área da segurança pública.

Assim, o dossiê tem início com a Apresentação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, refletindo quanto à importância da pesquisa e do conhecimento científico para o fortalecimento e o aprimoramento da segurança pública no Brasil. Na sequência, a seção Artigos apresenta treze artigos que compõem a seção principal do periódico.

O primeiro artigo, intitulado “Uma análise da criminalística exercida pela Polícia Federal: integração de um modelo eficaz e eficiente pautado na autonomia técnica, científica e funcional”, cuja autoria é de Alan de Oliveira Lopes, Alexandre Bacellar Raupp, Norberto Baú, Rafael Seixas Santos e Régis Signor, foi fundamentado a partir de levantamento bibliográfico e documental que descreve características legais e de governança e o modelo de gestão adotado pela perícia na esfera da Polícia Federal (PF), na intenção de constatar a eficiência na produção de laudos pelos Peritos Criminais Federais. O texto “Prevenção e repressão aos crimes vinculados ao uso de veículos: tecnologias e estratégias de melhoria da segurança pública em estados brasileiros”, de Anderson Duarte Barboza, revisita os normativos e conceitos pertinentes, para problematizar a respeito da “prevenção e repressão aos crimes vinculados ao uso de veículos”.

Já o estudo, sob o título “Emprego da contrapropaganda no enfrentamento a mensagens adversas veiculadas por grupos criminosos”, de Maurício Viegas Pinto, analisa a elaboração e a circulação de mensagens elaboradas por grupos criminosos. O texto identifica a sua função como recursos discursivos persuasivos e aponta a necessidade do uso do mecanismo da contrapropaganda como meio de enfrentamento às ações dos grupos criminosos.

A produção intitulada a “Análise criminal como estratégia de polícia ostensiva”, de Nazareno Marcineiro, Rômulo Rosado Viero, Danice Berté, Cleo Machado, Maico Iure Roell, Pablo Pivetta Kars-ten, observa o processo de análise criminal, em meio policial, e as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, refletindo sobre a pertinência do planejamento das etapas de execução do trabalho e o exercício da função desenvolvida pela polícia ostensiva.

O artigo “É faca na caveira: A identidade simbólica de tropas de operações policiais especiais no Brasil”, de Fábio Gomes de França, tem o objetivo de reconstruir o contexto histórico sobre como se constituiu esse “mito moderno” em relação ao símbolo. O texto lança luz à relação simbólica estabelecida com “a faca na caveira” pelas tropas de operações especiais das Polícias Militares.

Por sua vez, Azor Lopes da Silva Júnior, Nair Bastos de Rezende Godinho, Marcello Martinez Hipólito, Valter Ribeiro da Silva são os autores do artigo intitulado “Mapeamento da gestão do termo circunstanciado de ocorrência nas polícias militares do Brasil” e neste observam o processo de implantação de registro de termos circunstanciados de ocorrência (TCO), nas infrações penais de menor potencial ofensivo, pelas polícias militares, com o objetivo de identificar o percurso percorrido pelas instituições pioneiras, o percurso de implantação adotado por demais órgãos e detectar as corporações que não adotaram o procedimento ou retrocederam no processo de sua implantação.

Já a produção elaborada por Felipe Scarpelli de Andrade, Alexandre Roberto dos Reies e Marcelo Couto Sanches, sob o título “Análise de risco de pessoa: a convergência das medidas de proteção com os procedimentos de segurança adequados” prospecta a apresentação de um arcabouço de análise de risco para subsidiar, metodologicamente, a partir da perspectiva do risco, com dizem os autores, para “o planejamento da proteção individual de um determinado indivíduo, a fim de trazer harmonia aos procedimentos ao relacioná-los com as vulnerabilidades e as potenciais ameaças”.

O texto, “Precusores de explosivos caseiros e a legislação brasileira de controle de produtos químicos” dos autores Marcelo Bácoli Elias, Murillo Lobo da Rocha, Felipe Nunes Lisboa e Daniel Luiz Rodrigues da Annuniação apresenta revisão de literatura sobre “os principais explosivos caseiros mundialmente incidentes, descrevendo suas características, síntese e substâncias precursoras”. Os autores recomendam a atualização legislativa a partir de parâmetros internacionais, na direção de aperfeiçoar o controle e a utilização de produtos químicos no Brasil.

Isângelo Senna, Fábio Iglesias, Lucas Heiki Matsunaga contribuem com o artigo “Inventário das estratégias de prevenção criminal pelo *design* ambiental (CPTED) para espaços públicos”, que prospecta a elaboração de “um instrumento de avaliação pós-ocupacional para a verificação de fatores que influenciam comportamentos criminosos e o medo do crime em ambientes públicos”. Consideram que o instrumento se mostrou eficaz e pode auxiliar, em alguma medida, nas análises e intervenções em ambientes, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da segurança e a redução de custos relacionados ao crime.

Sob o título, “Comparando a criminalidade nas áreas integradas de segurança pública – AISP em Salvador, Bahia, Brasil”, o autor Luís Henrique Costa Ferreira examina informações disponíveis em dados oficiais a respeito da distribuição espacial da criminalidade no Município de Salvador, capital do estado da Bahia, no período circunscrito aos anos de 2014 e 2019, e busca estabelecer associações com indicadores socioeconômicos locais.

O artigo intitulado “A concepção de segurança cidadã e seus reflexos na formação de soldados da PMERJ”, com autoria de Célia Cristina Pereira da Silva Veiga, indica como a relação entre Estado e

Sociedade Civil Organizada vem impactando, significativamente, as transformações no âmbito da segurança pública. Nessa direção, lança luzes e problematiza a respeito do conceito de Segurança Cidadã como prestação de serviço fundamentada na lógica gerencial.

O artigo “Gestão da segurança pública do (estado) do Pará: análise da execução orçamentária das instituições de segurança pública do período de 2017 a 2020”, de Jonas Gomes de Sousa e Renato Hidaká Torres, busca compreender a execução orçamentária de instituições de segurança pública do estado do Pará, mediante análise quantitativa e qualitativa de dados referentes à prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).

O texto “Condicionamento operante e respondente no treinamento policial para o uso da força: possibilidade de um retorno às tradições baseado em evidências”, com autoria de José Eleutério da Rocha Neto, apresenta reflexões e uma nova perspectiva a respeito do uso diferenciado da força pelos operadores da segurança pública, mediante a proposta de método prospectado em modelagem dos comportamentos do agente, em decorrência da necessidade do emprego de força e no uso de estímulos estressores em treinamento policial.

A edição é publicada na esteira da comemoração do Bicentenário do Ministério da Justiça e Segurança Pública e propõe à sociedade a reflexão a respeito da importância do período, não apenas dos pontos de vista histórico e/ou comemorativo, mas, também, como ponto de partida para pensar os avanços e os desafios do Ministério na contemporaneidade.

Boa leitura!

Juliana Antunes Barros Amorim

Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
Editora-Chefe da Revista Susp

Coordenadora-Geral de Pesquisa Aplicada

Ana Cláudia Bernardes Vilarinho de Oliveira

Coordenadora de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública

Eli Narciso da Silva Torres